8º congresso dos professores do norte

POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA | UMA PROFISSÃO DIGNIFICADA

20 e 21/nov 2026 | HOTEL AXIS VERMAR | PÓVOA DE VARZIM

MOÇÃO 1

DEFENDER E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

No ano em que se comemoram os 50 anos da Constituição da República Portuguesa (CRP), mais do que nunca, importa que a defendamos e que exijamos que os seus propósitos sejam cumpridos.

A CRP é uma das mais progressistas do mundo no que concerne à consagração dos direitos sociais, económicos, laborais e culturais, apesar das sete revisões que sofreu ao longo dos anos, que resultaram na diluição de parte dos direitos inscritos no texto original.

Todavia, meio século após a sua aprovação, a CRP continua por cumprir e deve ser motivo de preocupação o facto de se estarem a aprofundar políticas que se afastam, a passos de gigante, daquela que é a matriz constitucional de uma sociedade desenvolvida e mais justa nos aspetos sociais e económicos.

Constata-se que as propostas políticas que este governo apresenta, nomeadamente na legislação produzida para a educação e no âmbito dos direitos laborais, assim como no que está previsto para o Orçamento do Estado para 2027 (OE 2027), ignoram e atropelam os desígnios inscritos na CRP:

- Pode-se afirmar que, consequência do desinvestimento nos serviços públicos, os direitos à Educação e à Saúde já não são universais. O OE 2027 não só não dá resposta aos problemas que afetam estes setores, como os agrava, ao diminuir drasticamente o orçamento para estas áreas, que são pilares da democracia.
- O direito à Habitação, que tem levado milhares de pessoas às ruas, continua a ser um problema sem solução à vista e transversal à sociedade, pois mesmo quem trabalha e tem salários acima da média nacional não consegue pagar as rendas ou os empréstimos bancários para aquisição de casa própria – o artigo 65.º da CRP está por cumprir.
- A Liberdade de Expressão e de Informação também estão a ser cerceadas, assim como o direito à Resistência. Prolifera a ideia de que há manifestações más para a imagem do país e já se ensaia a restrição ou imposição de dia e hora para o seu exercício. Enquanto muitos falam pouco e baixinho para não arranjarem problemas, são amplamente difundidas informações falsas e/ou sensacionalistas. Parece que agora os problemas económicos e sociais se "resolvem" à bastonada...

— O que melhor representa um Estado assente na solidariedade inter e intra-geracional é o direito à Segurança Social, mais um direito que está a ser incumprido, nomeadamente porque se permite que, num país envelhecido, aqueles que trabalharam toda a vida mal sobrevivam com pensões de miséria, sendo incomportáveis, para a maioria das famílias as despesas com lares e/ou apoio domiciliário.

— Também o direito à Infância é posto em causa pois, como consequência das condições laborais existentes, as crianças não têm tempo de qualidade com a família, nem tempo e oportunidade para crescer brincando, condições essenciais para um desenvolvimento pleno e saudável.

— Os direitos ao Trabalho e à Liberdade Sindical também estão em perigo. Apesar da derrota que infligimos ao Pacote Laboral, muitos têm, ou tiveram por vários anos, trabalho precário, dificultando a concretização de projetos de vida pessoal, problema transversal a muitas profissões, incluindo a docência. O trabalho temporário, a tempo parcial ou a falsos "recibos verdes" levam à acumulação de vários empregos, sem qualquer segurança, sem limite de horas de trabalho e, ainda assim, por vezes com salários insuficientes para fazer face ao custo de vida. O trabalho sindical e a própria opção de ser sindicalizado, apesar da legislação em vigor, têm sido fortemente condicionados. Quantos de nós já não vimos dificultada a atividade sindical nas escolas, nomeadamente pela criação de entraves à entrada de dirigentes sindicais, pela inexistência de painéis sindicais ou pela remoção da informação sindical afixada. Há ainda situações mais graves, como a instauração de processos disciplinares e o despedimento de dirigentes sindicais.

Estes são alguns dos aspetos em que se observa o retrocesso civilizacional que nos impõem e a que não podemos assistir impávidos.

Os delegados ao 8.º Congresso dos Professores do Norte afirmam que é imperativo que se cumpram os intentos expressos na Constituição da República Portuguesa e que não deixará de lutar pela defesa da CRP, como forma de promover o desenvolvimento social, económico e cultural do país.

Póvoa de Varzim, 21 de novembro de 2026

O 8.º Congresso dos Professores do Norte

Proposta apresentada pela Direção